

Diagnóstico sobre a inserção dos **monitores locais** no **desenvolvimento turístico** da Ilha dos Marinheiros de Rio Grande/RS, Brasil

VANESSA ACOSTA DE AZAMBUJA * [turismologa.vanessa@yahoo.com.br]

Resumo | Este artigo aborda o trabalho de conclusão do Curso de Graduação em Turismo da UFPEL, trabalho este denominado “Análise da inserção dos monitores locais no desenvolvimento turístico da Ilha dos Marinheiros de Rio Grande/RS, Brasil”, realizado em 2009, que procurou diagnosticar se os monitores desta ilha estão inseridos no processo de desenvolvimento turístico. As secções do artigo são as seguintes: fundamentação teórica sobre o planejamento turístico, a necessidade de planejamento, e a importância da comunidade local; contextualização da Ilha dos Marinheiros; apresentação da metodologia e dos resultados. Os meios utilizados para a recolha de dados foram entrevistas aos condutores locais, aos agentes de turismo receptivo, ao representante da Associação dos Guias de Turismo do Rio Grande e ao Secretário de Turismo. Através das entrevistas, conclui-se que os monitores não estão envolvidos no processo turístico, tendo como principais motivos: o difícil acesso a estes condutores, e a limitada disponibilidade destes para atuar na área do turismo devido à necessidade de terem de trabalhar noutras atividades econômicas. Assim, foram propostas algumas intervenções: reunião entre as agências e os monitores, projeto de sensibilização turística com os ilhéus e projetos que visem conciliar o turismo com outras atividades econômicas.

Palavras-chave | planejamento turístico, monitores locais, comunidade.

Abstract | This article is about the conclusion work of the course “Analysis of the inclusion of the informal native tour guides in the tourism development of the Ilha dos Marinheiros, Rio Grande/RS, Brazil”, done in 2009, and that aimed to diagnose if the informal tourism guides of this island participate in the tourism development process. The sections of this paper are the following: theoretical framework about tourism planning, need for planning, and the importance of local community; context of the Ilha dos Marinheiros; methodology and results presentation. The means used to data collection were interviews to informal tourism guides, agents for inbound tourism, a Tour Guides Association of Rio Grande representative and the Secretary of Tourism. Through the interviews it is concluded that the informal tour guides are not involved in tourism process, with the main reasons being: the difficult access to these informal tour guides and the limited availability of them to work in the tourism area, because they need to work in other economic activities. Thus, some interventions have been proposed: meetings between the tourism agencies and the informal tour guides, tourism awareness project with the islanders and projects that aim to reconcile tourism with other economic activities.

Keywords | tourism planning, informal native tour guides, community.

* **Graduada** no Curso de Turismo da Universidade Federal de Pelotas (Brasil), **Professora** do Curso de Turismo Binacional da Universidade Federal do Rio Grande (Brasil).

1. Introdução

Um dos principais desafios do planejamento turístico é a inserção da comunidade local no processo de desenvolvimento. Sabe-se que a tarefa de planejamento deste setor é da responsabilidade dos profissionais formados na área, mas o ingresso no mercado de profissionais graduados é algo ainda recente tendo em conta o tempo de carreira dos profissionais que possuem apenas conhecimento empírico, o que facilita a manutenção do hábito do não envolvimento da comunidade – considerando a não qualificação turística desta. E mesmo entre os graduados em turismo pode haver este tipo de conduta, sendo que muitas vezes consideram mais a satisfação dos turistas – cada vez mais exigentes em relação à qualidade dos serviços – sem compreender que se o nativo estiver satisfeito também procurará satisfazer o turista.

O planejamento no turismo é uma ferramenta que, além de auxiliar na elaboração de estratégias para a inserção da comunidade local no processo turístico, facilita a minimização dos impactos negativos e a maximização dos aspetos positivos do turismo, resultando num desenvolvimento sustentável.

Em conversa informal com um profissional de uma agência de turismo receptivo da cidade do Rio Grande, estado do Rio Grande do Sul (RS), Brasil, percebeu-se que os monitores locais da Ilha dos Marinheiros (um dos importantes atrativos do município dada a preservação de valores herdados da cultura portuguesa), membros integrantes da comunidade e capacitados pelo Núcleo de Educação e Monitoramento Ambiental (NEMA), poderiam não estar a ser inseridos no processo de desenvolvimento turístico da Ilha.

Diante de tal fato, foi realizado o trabalho de conclusão de curso “Análise da inserção dos monitores locais no desenvolvimento turístico da Ilha dos Marinheiros de Rio Grande/RS, Brasil”, objeto deste artigo. Este trabalho aborda o planejamento turístico como uma eficiente ferramenta de gestão, tema que, de imediato, faz emergir múltiplas questões. A partir destas se elege a seguinte pergunta central como

elemento estruturador da monografia realizada: *Os monitores locais da Ilha dos Marinheiros, que corresponde ao Segundo Distrito do município de Rio Grande, estão inseridos no processo de desenvolvimento turístico da localidade?*

Considerou-se relevante e oportuno o estudo desta temática na Ilha, pois pretendia-se contribuir para suscitar ações articuladas e integradas em prol da valorização dos monitores locais, os sujeitos deste estudo.

Nesse sentido, foi desenvolvida uma pesquisa exploratória-descritiva qualitativa, com base num estudo de campo em que foram realizadas entrevistas aos monitores locais e outros atores envolvidos. E o objetivo desta pesquisa, de maneira geral, foi diagnosticar se os monitores locais da Ilha dos Marinheiros estão a ser inseridos no processo de desenvolvimento turístico desta localidade e, mais especificamente:

- caracterizar o desenvolvimento turístico local segundo a percepção dos entrevistados;
- identificar a forma como os monitores percebem a sua atuação em relação ao turismo na localidade e as suas principais dificuldades;
- identificar a forma como os agentes receptivos envolvidos percebem e articulam a atuação destes monitores no desenvolvimento turístico da localidade;
- apresentar um comparativo e analisar as percepções identificadas;
- apontar formas de maximizar a inserção dos monitores locais no desenvolvimento turístico da localidade.

2. Referencial teórico

2.1. Planejamento turístico

Planejar é o processo que se destina a produzir um ou mais futuros desejados, sendo assim um sistema de decisões. Seguindo este parâmetro, para

planejar é necessário definir políticas e processos de implementação de equipamentos e atividades, e seus respectivos prazos. Um planejamento turístico deve maximizar benefícios socioeconômicos e minimizar custos, visando o bem-estar da comunidade receptora e a rentabilidade dos empreendimentos do setor (Dias, 2003).

O planejamento desenrola-se num ciclo. Assim, a partir das informações recebidas são tomadas decisões e realizam-se ações. Ao realizarem-se ações obtêm-se resultados, os quais geram novas informações, recomendo o ciclo (Petrocchi, 2000).

Existem muitos tipos de planejamento, já que muitos aspectos podem orientar este processo, tais como: o tempo, a amplitude geográfica, a administração, a intenção, entre outros (Petrocchi, 2000).

De acordo com o aspecto intencional, o tipo de planejamento pode ser estratégico, tático e/ou operacional. No estratégico, o planejamento é definido a partir do todo, enquanto, no tático, o planejamento é setorial ou departamental. Já o planejamento operacional refere-se à tarefa ou à operação (Petrocchi, 2000).

Em relação ao aspecto temporal, o planejamento pode ser a longo, médio ou curto prazo. Geralmente, o planejamento estratégico é realizado a longo prazo já que envolve objetivos gerais a serem atingidos. Já o planejamento tático, em geral, é realizado a médio prazo, enquanto o operacional é a curto prazo. Porém, a definição do prazo dependerá do bom senso do responsável pelo planejamento (Petrocchi, 2000).

Quanto à amplitude geográfica, a classificação pode ser mundial, continental, nacional, estadual,

multirregional, regional, microrregional, municipal (ou local). Também poderá ter como subdivisões: urbano ou rural (Barretto, 2002).

No que se refere ao aspecto administrativo, o âmbito do planejamento pode ser público ou privado, dependendo se o gestor dos recursos for o governo ou a empresa privada. Também poderá ser centralizado ou descentralizado (Barretto, 2002).

Com a globalização, existe uma maior necessidade de fortalecimento local para a sobrevivência em todos os mercados. Assim, uma tendência de gestão governamental, especialmente na área do turismo brasileiro, é cada vez mais incentivar a regionalização, refletindo-se num planejamento mais descentralizado. As formas descentralizadas de planejamento e de gestão caracterizam-se por serem mais democráticas, podendo promover uma maior participação da comunidade na definição e na condução das políticas, dos programas e das ações em suas localidades (Gastal e Moesch, 2007).

2.2. Necessidade de planejamento no turismo

O turismo¹ é uma atividade complexa que, de acordo com a Organização Mundial do Turismo, para além de gerar uma receita de 3,78 trilhões de dólares ao ano e empregar mais de 250 milhões de pessoas por todo o mundo, também interage fortemente com a sociedade, a cultura e o meio ambiente das localidades onde ocorre (OMT, 1999, citado por Lopes, 2009). Dessa forma, verifica-se que o planejamento é de extrema importância no desenvolvimento da atividade turística num destino, a fim de permitir que haja sustentabilidade² social, econômica, cultural e ambiental no local, além de garantir a competitividade desse destino.

Caso o turismo não seja bem planejado pode causar impactos negativos econômicos, sociais, ecológicos e culturais, como, por exemplo, e respectivamente: o aumento do custo de vida e da violência, depredação dos patrimônios naturais e culturais (Swarbrooke, 2000).

¹ Segundo a Organização Mundial do Turismo "o turismo compreende as atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadas em lugares diferentes ao seu entorno habitual por um período consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócio ou outras" (Sancho, 2001, citado por Dias, 2008: 11).

² O desenvolvimento sustentável pode ser entendido como um satisfazer das necessidades presentes, possibilitando que as gerações futuras também consigam satisfazer as suas, por meio da preservação dos recursos (WCED, 1987). Ou seja, preservar os recursos ambientais e culturais de modo a serem usufruídos pelos cidadãos e turistas de hoje, bem como pelos seus descendentes, garantindo a atratividade turística.

Quando se tem um planeamento adequado, pode minimizar-se os impactos negativos e maximizar os positivos, levando a uma maior valorização dos patrimônios naturais e dos culturais, a um menor êxodo rural ao serem criados postos de trabalhos com o turismo, entre outros benefícios. Desse modo, permite-se que a atividade turística continue a desenvolver-se, já que a natureza e a cultura são os próprios atrativos dos destinos (Dias, 2003).

Ao nível municipal, a função de planeamento é geralmente responsabilidade do governo, mais especificamente das prefeituras municipais. Neste caso, as prefeituras, através de secretarias de turismo ou de setores de turismo dentro de outras secretarias, coordenam o desenvolvimento turístico de um destino, intervindo nas relações entre os componentes da cadeia turística e usando o planeamento como aliado nesta coordenação (Dias, 2003).

Contudo, verifica-se que para uma maior satisfação dos turistas, e conseqüente sucesso de um destino turístico, deve planejar-se o desenvolvimento turístico local. Dessa maneira, ao planejar-se, possibilita-se que se chegue mais facilmente aos objetivos, pois através do traçado de dificuldades podem-se escolher caminhos alternativos previamente.

2.3. Importância da comunidade local

Com o crescimento da globalização, evidencia-se a necessidade de fortalecer iniciativas locais para que pequenos destinos e simples comunidades tenham espaço no mercado. Aos poucos, o hábito de não inserir a comunidade no processo de desenvolvimento turístico está sendo alterado. Assim, segundo Gastal e Moesch (2007), com a existência de um mercado global impõe-se que a gestão turística dos locais permita a participação da comunidade.

A importância do envolvimento da comunidade local no processo de desenvolvimento turístico também está relacionada com a tentativa de oposição ao fato do capitalismo ditar as regras e estas serem divulgadas por todo mundo através da mídia, o que

aponta uma tendência à homogeneização. Por conseqüência, há uma valorização maior das diferentes culturais locais. Segundo Urry (1999, citado por Silveira 2005: 12): "Seja como for, a lógica da globalização é bem conhecida: quanto mais semelhantes nos tornamos, maior é o sentido de urgência assumido pela tarefa de identificação das diferenças".

Esta procura pela diferença reflete-se diretamente no turismo, dado que muitos turistas viajam durante o seu tempo livre para locais onde possam apreciar diferentes costumes, a fim de "fugir" ao seu cotidiano. Assim, conforme Silveira (2005: 11):

"[...] a diferença é um elemento fundamental da atividade turística, ou seja, o indivíduo é motivado a viajar para vivenciar culturas e territórios diferentes daqueles com os quais está acostumado a conviver diariamente."

Dessa forma, destaca-se que o governo deve servir como negociador das ideias surgidas no meio aos cidadãos, e não seguir o que é imposto por partidos, alianças políticas ou interesses próprios. Com a participação cidadã pretende-se que as cidades tenham autonomia internacional, não reproduzindo simplesmente um modelo globalizado (Gastal e Moesch, 2007).

Além disso, ao permitir-se e estimular-se a participação da comunidade nas decisões de políticas públicas, esta poderá expor os interesses locais, no sentido de um desenvolvimento sustentável. Os nativos conhecem melhor do que ninguém as características ecológicas do meio natural e o seu limite de saturação, tal como em relação a outros aspetos, como infraestruturas e cultura, pelo que assim podem estabelecer os parâmetros de sustentabilidade da atividade turística (Medonça, 2001).

Segundo Gastal e Moesch (2007: 16), "No que já é um chavão, a cidade boa para o turista seria aquela que é boa para seus cidadãos". A comunidade envolvida também se torna mais hospitaleira, resultado da satisfação em ter as suas ideias valorizadas.

"É evidente a importância do fator humano no turismo, em função da crescente comoditização

(=tornar iguais) dos produtos (aviões, destinos, preços são similares) e o atendimento pessoal representa uma ferramenta inesgotável de diferenciação” (Lage e Milone, 2000: 52).

Outro fator que demonstra a relevância do envolvimento da comunidade local é que, desse modo, a comunidade terá um maior interesse em preservar os seus atrativos turísticos e em tomar decisões sobre o desenvolvimento turístico da sua localidade.

“As comunidades locais, por sua vez, aprendem a valorizar seus recursos naturais e culturais, desenvolvendo maior sentimento de pertencimento e, conseqüentemente, elevando seu grau de cidadania. A postura cidadã leva as pessoas a se tornarem protagonistas nos processos de decisão sobre o tipo de turismo e de turistas com os quais estão dispostos a compartilhar seu próprio espaço de vivência.” (Gastal e Moesch, 2007: 16).

O envolvimento da comunidade local no desenvolvimento do turismo também é uma questão social, porque, desse modo, visa-se promover o compartilhamento dos recursos ganhos com a atividade turística, tendo em conta que, geralmente, há uma concentração do poder econômico nas mãos de grandes operadoras de turismo, companhias aéreas, agências de turismo, redes hoteleiras e outras similares (Nechar, 2006).

3. Caso de estudo: Ilha dos Marinheiros

Antes da pesquisa, é relevante realizar uma contextualização da localidade onde ocorre a problemática deste estudo, a Ilha dos Marinheiros.

3.1. Localização e acesso

A Ilha dos Marinheiros localiza-se na Cidade do Rio Grande/RS, Brasil, estando situada na margem oeste da Lagoa dos Patos (Figura 1). A sua área de 39,28 km² divide-se em quatro localidades: Porto Rei, Marambaia, Bandeirinhas, Fundos da Ilha e Coréia (Azevedo, 2003).

O acesso à Ilha pode ser realizado por terra, através da Vila da Quinta, passando pela Ilha do Leonídio (através de uma pequena ponte), sendo necessário percorrer 9 km para se chegar à ponte por onde se realiza a travessia. Outra forma de ter acesso à Ilha é através de barcos que partem da orla do Porto Velho, em Rio Grande (Azevedo, 2003).

3.2. Histórico

Os portugueses da expedição de Silva Paes chegaram a Cidade do Rio Grande em 1737, à época fundada como um povoado chamado Rio

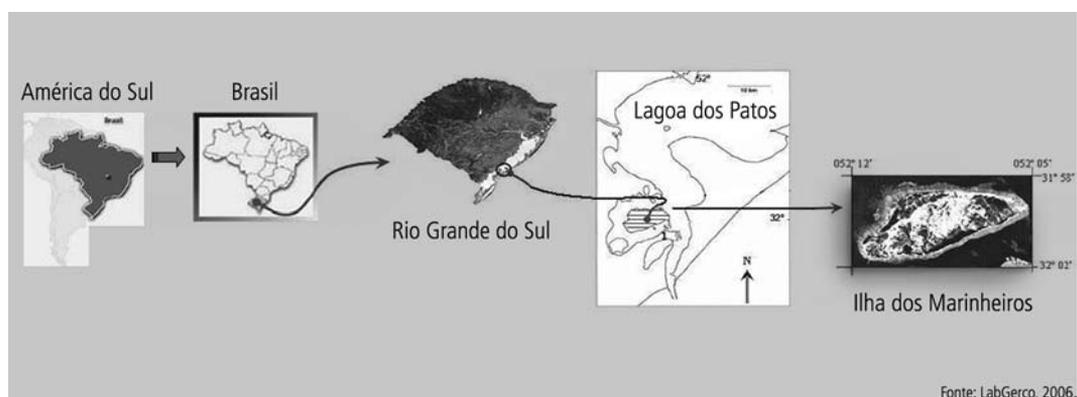


Figura 1 | Mapa de localização.

Grande de São Pedro (Piragine 1997, citado por Azevedo, 2003). Nessa altura já utilizavam a Ilha dos Marinheiros para obter madeira, a fim de construir fortificações, bem como água potável (dado que no povoado a água era salobra) (Soamar 1995, citado por Azevedo, 2003).

Em 1739, André Coutinho, intendente da época, divide a Ilha em três sesmarias doando-as a três Antónios, a fim de controlar o desmatamento excessivo (Registros Gerais das Sesmarias e Terras Publicadas 1731-1761, citados por Azevedo, 2003). Entretanto, essas só foram ocupadas a partir de 1744, quando a Ilha foi doada a Marçal Veiga (Fortes, 1978, citado por Azevedo, 2003).

Por volta de 1763, os espanhóis tomam a então Vila do Rio Grande e os portugueses usam a Ilha como ancoradouro para a sua frota a fim de retomar a Vila, o que acabou fracassando. Em 1776, os portugueses reconquistaram o Rio Grande (Fontoura 1985, citado por Azevedo, 2003).

Em 1799, chegou a Rio Grande o português Custódio José de S. Rey, que mais tarde construiu um trapiche diante de sua chácara e uma passagem para uso público, sendo esta uma das versões para que o local seja chamado de Rua do Rey. Outra versão tem por base a visita de Dom Pedro II à Ilha em 1845 (Soamar 1995, citado por Azevedo, 2003).

Por volta de 1835, o marquês de Lisboa enviou ao comerciante Thomas Messister, os primeiros bancelos de parreira, introduzindo a viticultura na Ilha e no Rio Grande do Sul (Giacobbo 1982, citado por Azevedo, 2003).

Cada vez mais foram chegando portugueses vindos do norte de Portugal, trazendo consigo a experiência no cultivo agrícola de terras insulares e a tradição pesqueira. Dessa forma, a população chegou a atingir 9800 habitantes na época (Azevedo, 2003).

A partir de 1900, Porto Alegre e São Paulo começaram a receber vinhos da Serra Gaúcha e, em 1927, estes vinhos da Serra, produzidos em grande escala, acabaram por retirar os produtos artesanais da Ilha dos Marinheiros do mercado. Esse fato prejudicou

a Ilha, que tinha apenas produção primária, a qual conseguiu ainda manter até 1945, quando surgiu uma praga que dizimou a plantação (Oliveira 1997, citado por Azevedo, 2003).

Após a primeira guerra, a Ilha entrou num período de decadência (Ramos 1989, citado por Azevedo, 2003). A partir de 1945 não vieram mais portugueses, restando, hoje, apenas dois. Tal levou à escassez de mão de obra especializada no cultivo de videiras, visto que os descendentes dos portugueses dedicam-se mais à agricultura e à pesca. Também a falta de condições de sobrevivência provocou um grande êxodo (Azevedo, 2003).

Em 2001 foi apontado, pelo senso demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, apenas 1323 habitantes na Ilha (Azevedo, 2003).

Hoje, as principais atividades econômicas da Ilha são, basicamente, a pesca e a produção de hortifrutigranjeiros, tendo ainda na produção de flores (rosas, margaridas, copos de leite, entre outras) um complemento de renda (LabGerco, 2006).

3.3. Processo de inserção do turismo³

O interesse em desenvolver o turismo na Ilha dos Marinheiros começou em 1995, quando Anna Morisson de Azevedo, com o apoio de Dulce Helena Mendonça (na época, Técnica da Superintendência de Extensão da Fundação Universidade Federal do Rio Grande – FURG), resolveu fazer a experiência de realizar os primeiros passeios, ao mesmo tempo que dava continuidade às suas pesquisas históricas sobre a Ilha. Desta forma, conversou com alguns moradores que possuíam barcos em condições de realizar a travessia de pessoas do centro da Cidade do Rio Grande para a Ilha, aproveitando a realização de um grande evento no município para efetuar os

³ A maior parte das informações sobre este tópico foi passada verbalmente, em 2008, por Anna Lúcia Dias Morisson de Azevedo, natural da localidade, pesquisadora, Presidente da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e membro do Conselho Municipal de Turismo.

passeios. Nessa ocasião, ela própria desempenhou o papel de “guia”⁴, vestindo um traje típico português e transmitindo todo o conhecimento, adquirido nas suas pesquisas, para os visitantes.

Em 1999, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE, através de convênio realizado com a Prefeitura Municipal, elaborou algumas propostas (como por exemplo, tornar a Ilha um ponto de atração turístico através da qualificação de passeios turísticos culturais e ecológicos), com o objetivo de preparar a Ilha dos Marinheiros para receber visitantes, de modo a permitir uma alternativa de renda para os ilhéus e uma maior valorização da cultura local. A participação de Azevedo na elaboração destas propostas foi fundamental, já que ela tinha realizado pesquisa de campo e conhecia bem as prioridades dos ilhéus. O SEBRAE também prestou serviços de consultoria e ministrou alguns cursos na área da gastronomia, visando a qualificação da população local.

⁴ De acordo com a Lei n.º 8.623/93 é considerado “Guia de Turismo” o profissional devidamente cadastrado no Instituto Brasileiro de Turismo – EMBRATUR, com formação obtida através de um curso técnico específico, e cujas habilidades adquiridas estão relacionadas com atividades de acompanhamento, orientação e transmissão de informações a pessoas ou grupos, em visitas, excursões urbanas, municipais, estaduais, interestaduais, internacionais ou especializadas. Desta forma, os monitores da Ilha dos Marinheiros não podem ser considerados “guias”, apesar de exercerem atividades semelhantes a esses, pois apenas realizaram um curso de capacitação de curta duração e, por esse motivo, não podem cadastrar-se na EMBRATUR. Porém, a capacitação de monitores é uma alternativa nos lugares onde as dificuldades e falta de condições financeiras impedem os membros da comunidade local de se deslocarem até ao centro dos municípios a fim de realizarem o “Curso Técnico em Guia de Turismo”. Entretanto, a EMBRATUR reconheceu a atuação dos “condutores de visitantes” através da Deliberação Normativa n.º 326/94, que estabeleceu as seguintes condições: necessidade de complementar a oferta, e melhoria na prestação de serviços oferecidos aos turistas e viajantes. Assim, de acordo com esta Deliberação, são considerados “condutores” somente as pessoas físicas, cuja prática, decorrente do tempo de vivência e experiência em determinado elemento atrativo ou empreendimento turístico, próprio de certa região, lhes permita conduzir o turista com segurança nos seus passeios e visitas ao local, prestando-lhes orientação e informação específica, e tornando mais atrativa a sua programação. As normas próprias para cadastro, classificação, controle e fiscalização desses “condutores de visitantes” deve ser realizada pelos órgãos oficiais de turismo de cada Estado.

⁵ O Programa Costa Sul foi executado, entre 2005 e 2008, pela Universidade Federal do Rio Grande – FURG, sob a coordenação do Laboratório de Gerenciamento Costeiro – LabGerco.

A partir de então começou a divulgação da Ilha, quando Azevedo, vestindo um traje típico dos colonizadores portugueses, passou a participar em eventos no Rio Grande do Sul.

Em 2003, Azevedo criou a Sociedade Marinhen-se de Desenvolvimento Sustentável (SMDS), tendo como um dos objetivos: proporcionar o desenvolvimento social e econômico dos ilhéus, de modo a conservar o patrimônio cultural e o ecológico. Em 2004, a SMDS foi qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

A partir desta iniciativa, os ilhéus obtiveram alguns benefícios, tais como: o aumento da autoestima (ou seja, estes passaram a ter orgulho nas suas origens); o resgate da história através de pesquisas (resultando na edição de um livro); uma maior atenção voltada para a Ilha por parte das autoridades; o incentivo a festas populares; entre outros.

Outro fator importante foi que, em 2003, a Prefeitura Municipal firmou convênio com a FURG para apoio ao desenvolvimento turístico da cidade e, a partir deste momento, foi elaborado o Plano Turístico. Entre os projetos elaborados, alguns foram específicos para a Ilha dos Marinheiros (com base nas sugestões da SMDS), como o projeto de revitalização do Porto do Rey, incluindo melhorias no trapiche (Valente, 2006).

Em 2005, é criada a Secretaria Municipal de Turismo, Esportes e Lazer – SMTEL, possibilitando a execução de projetos do Plano e a elaboração de outros. Assim, foram executados, com o apoio do SEBRAE, do NEMA e de outras secretarias municipais, o projeto de recuperação do trapiche de Porto Rey, o de sinalização turística, e a criação de uma logomarca para a Ilha, o que possibilitou a divulgação da Ilha, quer nos materiais institucionais e nos roteiros oficiais do município bem como em eventos. Houve também a inclusão da OSCIP no Conselho Municipal de Turismo (Valente, 2006).

Ainda em 2005, o NEMA elaborou o Projeto de Melhoramento Turístico da Ilha dos Marinheiros como parte do Programa Costa Sul⁵, mais especificamente do componente do programa denominado

“Manutenção da pesca estuarina tradicional e geração de alternativas”. Este permitiu a introdução de fontes alternativas de emprego para os pescadores e suas famílias, tais como, a promoção de oportunidades de ecoturismo. Das ações deste projeto foram executadas as seguintes: colocação de placas informativas, reimpressão dos *folders* e cartazes educativos/informativos, colocação de lixeiras e a realização do curso de formação de monitores locais. Paralelamente houve um trabalho de qualificação do artesanato local na Ilha através do NEMA (NEMA, 2007).

3.4. Monitores locais⁶

O curso de formação de condutores locais de visitantes foi realizado para os membros da comunidade local interessados em atuar como monitores, numa tentativa de inclusão dos nativos no processo de desenvolvimento turístico. Os critérios exigidos para a integração no curso eram: ser morador da Ilha e ser alfabetizado.

Antes do início do curso foi definida uma trilha ecológica através do estudo da capacidade de suporte, sendo esta integrada no roteiro Trilha do Rey. Pretendia-se, desta forma, organizar as visitas à Ilha, e assegurar uma maior preservação da natureza. Foi também realizada uma reunião com as agências de turismo receptivo e os guias de turismo da Associação dos Guias de Turismo do Rio Grande (AGTUR), onde foi acordado que, a partir daquele momento, os agentes de turismo que desejassem operar na Ilha deveriam contratar os guias e os monitores locais. Por sua vez, os guias ficariam responsáveis por realizar o contato com os monitores locais de forma a efetivar a contratação, havendo um revezamento entre esses condutores.

A carga horária do curso foi de quarenta horas, abrangendo conteúdos como: bases socioambientais para o sistema de visitação orientada; os ecossistemas locais; teoria e técnica profissional; qualidade no atendimento aos turistas; aspetos culturais, histó-

ricos e econômicos da Ilha dos Marinheiros; qualidade de atendimento do socorrista; venenos naturais; conhecimento e prevenção; saídas de campo. Nessa ocasião foram capacitados doze condutores/monitores locais de visitantes (dos 26 que iniciaram o curso) para atuarem na Trilha do Rey (NEMA, 2007).

Após a conclusão do curso, o NEMA passou a realizar um monitoramento do roteiro através de quatro monitores que assumiram o trabalho de condução e que solicitavam aos visitantes o preenchimento de uma ficha de avaliação. Conjuntamente foram aplicadas fichas de avaliação à comunidade local. Contudo, ainda não se teve acesso a nenhum dos resultados dessas pesquisas.

O NEMA também promoveu uma visita técnica a uma das charqueadas de Pelotas/RS e a visita à Estação Ecológica do Taim, esta última com o objetivo de realizar um intercâmbio entre os monitores da Ilha dos Marinheiros e os condutores do Taim.

Segundo a representante do NEMA (informação verbal), tornou-se cada vez mais difícil obter o comprometimento dos condutores, já que muitos passaram a ter disponibilidade limitada para atuar no turismo devido ao trabalho que tinham noutras atividades econômicas. Mais tarde, o NEMA identificou, na sua lista, apenas um condutor com grande disponibilidade para atuar. Porém, este monitor morava no lado oposto da Ilha, relativamente ao Porto Rey - local onde estão localizados a maior parte dos atrativos turísticos e para onde as agências levam os grupos. Como consequência, muitas vezes o valor despendido com o seu deslocamento até ao Porto Rey era maior do que o valor ganho com o trabalho de condução de visitantes. Esse fato acabou também por limitar o tempo que este despendia a trabalhar como monitor.

Em 2007 acabaram os recursos do Projeto Costa Sul, impossibilitando que o NEMA continuasse a acompanhar os monitores locais. Frente à carência

⁶ A maior parte das informações sobre este tópico foram fornecidas verbalmente, em junho de 2009, por Carla Valeria Leonini Crivellaro, Geógrafa, Mestre em Educação Ambiental e Diretora do Núcleo de Educação e Monitoramento Ambiental – NEMA.

de condutores atuantes, o NEMA realizou uma oficina na Ilha dos Marinheiros com os guias de turismo da AGTUR. Todavia, os monitores manifestaram-se contra esta oficina. Ficou então definido que, na organização de passeios para a Ilha, os guias deveriam fazer primeiro o contato com os monitores e, caso nenhum destes tivesse disponibilidade para a data solicitada, os guias fariam a condução.

Hoje em dia, de acordo com a pesquisadora Azevedo, dada a baixa demanda de visitantes, são poucos os monitores locais que se encontram ativos, havendo uma maior atuação daqueles que mais se destacaram. Também, alguns condutores precisam de estudar, não estando sempre à disposição.⁷

3.5. Atrativos turísticos

A Ilha dos Marinheiros é considerada patrimônio da cidade do Rio Grande pela preservação dos valores herdados da cultura portuguesa, incluindo atividades tradicionais como a cultura de produção agrícola (cujo papel sempre foi decisivo no suprimento de hortifrutigranjeiros à cidade) e a religiosidade (Ilha dos Marinheiros, 2009). A Ilha também é detentora de riqueza natural, composta por beleza cênica e variados ambientes (LabGerco, 2006).

Dessa forma, os tipos de turismo desenvolvidos na Ilha são: turismo rural, ecoturismo e turismo religioso. O turismo rural ocorre nas áreas onde a paisagem predominante é formada por campos, opondo-se ao que é encontrado em grandes centros urbanos. Nestas áreas, o turista tem a oportunidade de participar em atividades próprias de zonas rurais como: andar a cavalo, ter contato com a agricultura, consumir produtos rurais, entre outras atividades

(Oliveira, 1998).

O fato de na Ilha encontrarmos, para além de campos, também matas, lagoas e dunas, favorece a prática do ecoturismo. O ecoturismo compreende não só o usufruto dos atrativos naturais como também dos atrativos culturais. Nesse sentido, para o Grupo de Trabalho Interministerial (1994: 19), ecoturismo é definido como:

"[...] um segmento da atividade turística que se utiliza, de forma sustentável, do patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação, promove a formação de uma consciência ambientalista e garante o bem-estar das populações envolvidas."

Quando os turistas visitam a Ilha a fim de conhecer o Recanto de Lourdes e as capelas da localidade, realizam o roteiro religioso. O turismo religioso é definido como: o "praticado por pessoas interessadas em visitar locais sagrados" (Oliveira, 1998: 59).

O período em que a Ilha recebe mais turistas é quando a temperatura está mais amena e, principalmente, no verão, quando os visitantes usufruem dos seguintes atrativos⁸:

Cultura de produção agrícola

A Ilha dos Marinheiros é a maior e a mais fértil do Rio Grande do Sul. Atualmente é responsável por cerca de 80% da produção de hortaliças consumidas na cidade (Azevedo, 2003). Também se produz a Jurupiga ou Jeropiga, bebida típica de descendência portuguesa à base de suco de uva. É, atualmente, produzida e comercializada por uma única família em larga escala. A Jurupiga é considerada a bebida símbolo da Ilha e da Cidade do Rio Grande e o seu processo de fabricação ocorre entre janeiro e fevereiro (Dalchiavon *et al.*, 2005). A Jurupiga é comercializada nos Mercados Públicos de Pelotas e do Rio Grande, nalguns estabelecimentos comerciais da própria Ilha, da cidade e do Balneário Cassino – onde a comercialização é intensificada no veraneio – e diretamente com os produtores *in loco* ou mediante encomenda (Dalchiavon *et al.*, 2005).

Outras atividades artesanais

⁷ Informações passadas verbalmente por Anna Lúcia Dias Morisson de Azevedo, natural da localidade, pesquisadora, Presidente da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e membro do Conselho Municipal de Turismo.

⁸ Informações passadas verbalmente por Anna Lúcia Dias Morisson de Azevedo, natural da localidade, pesquisadora, Presidente da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e membro do Conselho Municipal de Turismo.

O artesanato típico da Ilha dos Marinheiros também é composto pela produção de cestos de vime, tapeçaria, redes de pesca, bordados, trabalhos em madeira – como escultura de barcos, entre outras belezas artesanais fabricadas pelos moradores (Azevedo, 2003).

Roteiro religioso

A Ilha dos Marinheiros tem uma religiosidade muito forte decorrente da sua colonização portuguesa. Dessa forma, podemos encontrar o seguinte roteiro:

- Recanto de Lourdes – foi construído no Porto do Rey onde existem duas imagens esculpidas pelo artista riograndino Érico Gobbi: de Nossa Senhora de Lourdes e de Santa Bernadete (Ilha dos Marinheiros, 2009). A Festa de Nossa Senhora de Lourdes, que atrai muitos fiéis a Ilha, é realizada a 13 de fevereiro (Turismo na Costa Doce, 2009).
- Capela São João Baptista – a mais antiga, datada de 1850. Construída por Faustina Centeno da Silva (irmã de Bento Gonçalves – herói da Revolução Farroupilha). A capela apresenta uma beleza singela derivada da sua arquitetura e das obras em talha de imagens nos altares. A maior festa é em homenagem a São João, ocorrendo a 24 de junho (Ilha dos Marinheiros, 2009).
- Capela da Santa Cruz – Luisa de Jesus dos Santos, nascida em Águeda, Portugal, e mulher muito católica, incentivou o seu marido a erguer no campo uma cruz. As pessoas faziam pedidos a Santa Cruz e as orações começaram a ser atendidas. Assim, foi construída no local uma pequena capela onde cabiam quatro pessoas, feita de madeira e palha. Os milagres sucederam-se e foi construída uma para 15 pessoas. Em 1935, foi construída a atual capela, com uma arquitetura apresentando características do estilo gótico. O local onde está a capela é, hoje em dia, habitado por pescadores que veneram o símbolo da cruz (Ilha dos Marinheiros, 2009).
- Capela de Nossa Senhora da Saúde – localizada

nos Fundos da Ilha, possui algumas características da arquitetura colonial portuguesa. A primeira capela foi construída em 1895, a segunda em 1928 e a atual em 1976 (Ilha dos Marinheiros, 2009).

Eventos

Cada capela tem a sua festa tradicional:

- Na Capela da Santa Cruz realiza-se no dia 3 de maio. Esta é a data escolhida pela comunidade para louvar a cruz, sendo a capela decorada com arcos de papel de seda por onde passam as procissões (Azevedo, 2003);
- A festa tradicional da Capela de Nossa Senhora da Saúde é realizada no dia 18 de agosto, com o término da plantação da cebola. Há o encontro com aqueles que não moram mais na Ilha, reza-se, come-se e diverte-se (Azevedo, 2003);
- A festa de São João é realizada no dia 24 de agosto. Ocorre uma procissão e, conforme já acontecia no passado, existe a iluminação de fogos trazidos por embarcações (Azevedo, 2003).

A religiosidade também é manifestada através de festas católicas como os Santos Reis (6 de janeiro) e os Santinhos (dia de São Manoel, Santo António, São Pedro e São João). Ambas as festas decorrem pela calada da noite, em que se juntam grupos de músicos para festejar. Os instrumentos são enfeitados com fitas coloridas e carregam-se estandartes com a imagem dos três Reis Magos. Também é usado um boi, feito de couro, papel e tecido, movimentado por uma pessoa (por baixo). Ao entrarem nas residências fazem uma encenação com os mesmos. Na casa são oferecidos doces e licores, e o estandarte é levado por toda a casa para receber a proteção dos Santos Reis (Azevedo, 2003).

Outra festa típica é o Baile de Chita, no qual as moças utilizam vestidos de chita. Durante o baile é escolhido o traje mais bonito, conforme manda a tradição. Na organização do baile trabalha uma comissão que dirige a festa. As diretoras vestem-se de branco e os diretores de terno. Na entrada são

distribuídos aos homens distintivos com as cores das comunidades. Os mesmos são dados às namoradas como presente ou guardados como recordação. A música fica a cargo da Banda Típica da Ilha. Durante a festa são servidos: café com pão e manteiga (à meia-noite), doces e licores (às três horas da madrugada) e um chocolate (quando começa a amanhecer) (Azevedo, 2003).

Gastronomia

A gastronomia da Ilha é de origem portuguesa e entre os pratos típicos estão: Bacalhoadada, Charque Assado, Rijoada, Galinha à molho pardo, Arroz ao molho pardo, Fervido, Caldo Verde, Papas Portuguesas e Bife à moda da Ilha (Azevedo, 2003).

O Café Típico Português é outro atrativo gastronômico da Ilha, tendo em seu cardápio: café, chocolate, chá e sucos de frutas da estação; queijo branco e amarelo, presunto; comidas portuguesas (já citadas); e doces portugueses (como arroz de leite).⁹

No local onde é servido o Café típico português, também pode ser oferecido o almoço, cujo cardápio inclui: Peixe à Moda da Ilha (prato que imita a bacalhoadada portuguesa, sendo feito com peixe seco, couve, cenoura, ovos, entre outros ingredientes); Filé ao Pão; arroz branco; pão caseiro; Camarão à Baiana; Fritada de camarão; e pastéis.¹⁰

Estas refeições, inclusive o Café, são servidas só para grupos e com agendamento, havendo uma carência de estruturação para atender muitos visitantes e em qualquer dia.

Paisagem natural

A paisagem natural local apresenta três aspetos distintos: as margens, a área de dunas elevadas e a zona interior (que apresenta uma depressão em relação às dunas). As margens têm vista para a Lagoa dos Patos; as dunas da localidade de Porto

Rey são as que mais chamam a atenção dada a possibilidade de se apreciar a paisagem a partir do seu topo (inclusive, é possível visualizar de maneira perfeita o cais do Porto Velho e o centro da cidade do Rio Grande, além do belo pôr do sol); e a zona de depressão forma várias lagoas no inverno, sendo a maior a Lagoa das Noivas, de águas cristalinas (Azevedo, 2003).

A vegetação nativa é composta por juncos, macega, figueira, aroeira, imbirá, jerivá, corticeira, araçá, feijão-da-praia, margarida-do-banhado, baicuru, samambaia e muitas outras plantas. Também há plantações de *Pinus* e eucaliptos para a indústria madeireira, sendo estas prejudiciais para o ambiente pois secam o solo (Azevedo, 2003).

Os animais que podemos encontrar nesses ambientes são cobras, lagartos, cágados pretos, jacarés, pererecas, sapos da terra, lontras, 77 espécies de aves, entre outros (Azevedo, 2003).

Roteiro Trilha do Rey

O roteiro Trilha do Rey tem início na Rua do Rey, permitindo que se apreciem as belas paisagens de matas, lagoas e dunas através de uma trilha ecológica, acompanhada por monitores. Após o passeio prossegue-se pela estrada que rodeia a Ilha dos Marinheiros, de onde se avistam chácaras, passando pelo Recanto de Nossa Senhora de Lourdes e pelo galpão da Jurupiga. O roteiro é finalizado com o Café Típico Português (NEMA, 2009).

Outros atrativos são: casas e ruínas de arquitetura colonial portuguesa e dois parques esportivos dos clubes de futebol.

Infraestruturas

As infraestruturas da Ilha dos Marinheiros são simples e rústicas, conforme o que é proposto pelo turismo rural, "pois as pessoas que o praticam querem conviver em ambiente rústico, porém com um mínimo de conforto" (Oliveira, 1998: 63-64).

A Ilha possui rede de energia elétrica, sendo a empresa responsável pelo abastecimento a Companhia Estadual de Energia Elétrica do Rio Grande do

⁹ Informações passadas verbalmente, em julho de 2009, por Maria Helena Otero, proprietária da Agência de Turismo Cassinotur.

¹⁰ Informações também passadas verbalmente por Maria Helena Otero.

Sul (CEE). Não há iluminação pública em toda a Ilha, mas apenas onde tem construções¹¹.

A rua que contorna a Ilha é de saibro e, por vezes, apresenta buracos. O transporte coletivo do centro da Cidade do Rio Grande à Ilha, e vice-versa, é realizado pela empresa Noiva do Mar, entre as terças e sextas-feiras, em poucos horários, e faz toda a volta na Ilha (Viação Noiva do Mar, 2009).

Na Ilha há coleta do lixo comum e do lixo reciclável. A coleta de lixo comum é realizada aos sábados pela empresa Rio Grande Ambiental.¹² A coleta reciclável é realizada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente na primeira segunda-feira de cada mês.¹³

A Ilha também possui um posto médico mantido pela Secretaria Municipal de Saúde, serviço de telefonia residencial e celular, muitos bares, armazéns, armarinhos, padarias, e postos de venda de gás. A variedade de produtos é pequena, resumindo-se a venda a cervejas, vinhos, catuabas, cachaças, refrigerantes e alimentos não perecíveis. Além disso, há o Café Típico Português, já apresentado.

A Ilha ainda carece de saneamento básico. Não há tratamento da água e as instalações sanitárias são insalubres. Porém, segundo Azevedo (informação verbal), e conforme se pode verificar no processo histórico da Ilha, apesar de a água não ser tratada sempre foi conhecida como uma das melhores águas do Rio Grande desde a sua fundação, servindo até para o abastecimento do restante do município. Tal deve-se ao fato de a água passar por um processo natural de filtração através das dunas, "brotando" nas encostas muito limpa e saudável. Entretanto, após a plantação de *Pinus*, a água começou a apresentar excesso de ferro. Desta forma, a comunidade não está à procura de um tratamento para a água, mas sim da retirada dos *Pinus*, através do Termo de Ajustamento de Conduta, assinado no mandato, de 1997 a 2000, do ex-prefeito Wilson Branco.¹⁴

Também há carência na área da segurança, dado não existir nenhum posto policial no local (LabGerco, 2006).

4. Metodologia

Em termos metodológicos, a pesquisa caracterizou-se como um estudo exploratório-descritivo qualitativo, desenvolvida a partir de um estudo de caso, procurando a realidade dos fatos, com vista à sua análise e sugestão de propostas de intervenção. Os meios utilizados no estudo de campo foram entrevistas aplicadas aos monitores locais (cinco, dos doze que concluíram o curso, sendo que só três atuam), ao vice-presidente da Associação dos Guias de Turismo do Rio Grande (AGTUR), ao Secretário de Turismo e aos agentes de viagens que atuam no turismo receptivo (quatro, referentes às quatro Agências de Turismo que operam passeios para a Ilha dos Marinheiros).

As questões do guião de entrevista para os agentes de viagens versavam sobre: a opinião dos entrevistados quanto ao turismo na Ilha dos Marinheiros; a frequência com que as Agências de Turismo levam turistas para a Ilha; a contratação ou não dos monitores locais e os motivos; quem conduz os visitantes; a percepção do interesse dos turistas em relação à cultura local. Já em relação aos monitores locais, as perguntas abordavam sobre: se atuavam conduzindo grupos de visitantes; os motivos da não atuação; a frequência da atuação; quem costumava realizar o contato para solicitar os serviços de condução; a descrição da relação dos monitores com os visitantes; a participação ou não em novos cursos ou palestras para atualização na área de turismo.

Relativamente à entrevista ao vice-presidente da AGTUR, foi perguntado: há quanto tempo existia a AGTUR; se os guias atuavam na Ilha dos Marinheiros e com que frequência; se existia uma parceria entre

¹¹ Informação obtida através de observações feitas nas visitas à Ilha dos Marinheiros.

¹² Informação passada verbalmente pela empresa Rio Grande Ambiental.

¹³ Informação passada verbalmente pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

¹⁴ Informações passadas verbalmente por Anna Lúcia Dias Morison de Azevedo, natural da localidade, pesquisadora, Presidente da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e membro do Conselho Municipal de Turismo.

os guias e os monitores locais. E por último, foi questionado o Secretário de Turismo sobre qual: a sua visão da Ilha no âmbito do desenvolvimento turístico do município; a importância do envolvimento da comunidade local; a sua percepção sobre o trabalho dos monitores locais.

5. Análise e discussão dos resultados

Através da análise realizada neste estudo, foi diagnosticado que os monitores (que são parte da comunidade da Ilha, sendo assim detentores da cultura local), não estão a ser contratados pelos agentes de viagens. Verificou-se que estes condutores não têm sido envolvidos no processo turístico da Ilha, dada a menor frequência com que conduzem grupos (uma vez por mês, entre outubro e dezembro), comparativamente à frequência com que as agências de turismo levam grupos para a localidade (uma média de dois por mês, entre setembro e dezembro). Isto tendo em consideração o número de agências de turismo receptivo em Rio Grande e ao fato de que, algumas vezes, a atuação dos condutores deveu-se ao contato de outras instituições como o NEMA, FURG e escolas.

De modo geral, observou-se que os agentes de turismo entrevistados apercebem-se de falhas no planejamento turístico da Ilha, ao nível do pouco envolvimento dos componentes da cadeia turística e do próprio governo com esses componentes.

Os agentes apercebem-se de que há interesse, por parte dos visitantes, na cultura local. Contudo, a maioria dos agentes apenas possibilita o conhecimento destes costumes através da visita aos atrativos da Ilha, sendo esta intermediada pelas explicações dos guias de turismo provenientes da sede do município, habilitados com um curso técnico (sujeitos da sociedade urbano-industrial). Deste modo, os agentes (com exceção de um dos entrevistados), não costumam contratar os monitores locais, citando como razões os seguintes fatores: a falta de

preparação desses condutores, o difícil acesso a estes, a limitada disponibilidade desses monitores para atuar devido à necessidade de trabalharem noutras atividades econômicas, e o encarecimento do pacote com a contratação de mais um componente.

Nas entrevistas com os monitores locais observou-se que estes não se sentem inclusos no processo de desenvolvimento turístico da Ilha, por notarem a presença de grupos de visitantes na localidade que não estão utilizando os seus serviços. Entretanto, os condutores atuantes descreveram a sua relação com os turistas como sendo boa e destacaram que os visitantes mostraram-se interessados em conhecer a cultura dos ilhéus, o que seria um forte motivo para as agências os contratarem. Mencionaram ainda que, a maioria dos atuantes, tem procurado melhorar essa relação com os turistas, pela obtenção de mais conhecimentos através da participação noutros cursos e palestras relacionados com a área de turismo. Tal participação fez com que estes condutores se tenham destacado de entre os formados no curso de monitores locais.

A maior dificuldade detectada em relação aos monitores foi a inviabilidade de se sobreviver apenas do turismo, o que os leva a trabalhar noutras atividades econômicas. Isto acaba limitando a sua disponibilidade para atuar como condutores locais na área do turismo. A falta de tempo dos condutores atuantes faz com que percam oportunidades de recepcionar os visitantes, tendo sido a causa da desistência em trabalhar no turismo dos monitores não atuantes. Além disso, há a dificuldade de acesso por parte de um dos condutores ao Porto Rey, dado este morar do lado oposto da Ilha, o que faz com que, muitas vezes, o retorno econômico deste monitor com o turismo seja menor que o gasto em deslocações.

Quanto aos guias de turismo da AGTUR, estes afirmam haver parceria com os monitores locais, sendo esta de extrema importância por questões de ética, respeito e valorização dos nativos da Ilha dos Marinheiros. Contudo, constatou-se que a frequência com que os guias atuam na Ilha (duas vezes por mês) é maior do que a frequência com que os moni-

tores relataram conduzir grupos (uma vez por mês). Sabe-se também que a maioria das agências sempre solicitou os serviços dos guias sem procurar realizar uma parceria entre estes e os monitores.

Já a percepção do Secretário de Turismo em relação ao desenvolvimento turístico da Ilha dos Marinheiros é de que esta constitui um importante atrativo turístico. Porém, considera que esta localidade deve continuar a ser vendida como um produto rústico, para que haja preservação da sua natureza e da sua cultura. Na sua opinião, contudo, as propriedades rurais poderiam ser melhores exploradas pelas agências de turismo. O Secretário também compreende a importância do envolvimento da comunidade local no turismo e, por isso, procurou envolvê-la ao executar o planeamento turístico. Um exemplo disso foi a participação da comunidade local no processo turístico da Ilha através da OSCIP, uma entidade representante dos ilhéus que conhece, assim, as necessidades do local. Quanto ao trabalho dos monitores locais da Ilha dos Marinheiros, o Secretário acredita ser este importante. Contudo, assim como ocorre com a restante comunidade local, compreende que estes não se sintam estimulados, dado não conseguirem sobreviver só do turismo.

Ao ser realizada uma comparação entre as percepções dos entrevistados nota-se que, enquanto o Secretário de Turismo acredita que a atividade turística na Ilha dos Marinheiros não está a ser bem explorada pelas agências de turismo receptivo, as mesmas agências salientam que há falhas no planeamento por parte do poder público. A divergência nas respostas é um indicador de que não está havendo uma eficaz articulação entre os componentes da cadeia turística e o próprio responsável por esta função: o governo.

Ainda ao nível das comparações entre as opiniões dos entrevistados verifica-se que, as agências de turismo receptivo que mais operam na Ilha dos Marinheiros são as que entraram em funcionamento há pouco tempo (a partir de 2007) pelo que, desse modo, ainda não lhes foram apresentadas os monitores locais. Por outro lado, o tempo de atuação da AGTUR (desde

2000) possibilitou que os guias se tornassem conhecidos no mercado turístico do Rio Grande, o que pode ter resultado na grande parceria que há entre as agências e os guias de turismo. Mesmo tendo a maioria das agências entrado em funcionamento há pouco tempo, estas tiveram possibilidade de tomar conhecimento sobre os guias da AGTUR, da mesma forma que os agentes avaliaram o trabalho dos monitores locais a partir de informações fornecidas por outras pessoas. Além disso, os guias têm o hábito de oferecer os seus serviços às agências.

6. Considerações finais

O poder público, através da Secretaria de Turismo, como o órgão planeador do turismo municipal, deverá servir de articulador e regulador dos atores da cadeia turística. Para poder realizar esta função é importante que se interesse em ouvir as sugestões de todos os atores, além de procurar envolver-se em todos os acontecimentos do turismo.

Desta forma, sugere-se que a Secretaria de Turismo realize um projeto de sensibilização turística para mostrar aos ilhéus, que estão receosos com o turismo na Ilha, que um planeamento eficaz pode converter os prejuízos do turismo em benefícios.

Também se sugere que a Secretaria de Turismo promova uma reunião entre as agências e os monitores locais, a fim de os apresentar uns aos outros e de passar às agências os contactos atualizados dos condutores. Antes desta reunião poderia haver outra, apenas com as agências, com os objetivos de: mostrar a importância de se integrarem os monitores no processo turístico, destacando a cultura e a hospitalidade como pontos positivos; conscientizar quanto à divisão dos ganhos obtidos com o turismo com a comunidade local, através do trabalho desta; averiguar com os agentes quais poderiam ser os conteúdos para novos cursos a serem realizados com os monitores.

Com os monitores poderia ser combinado que,

após a troca de números telefônicos, estes deveriam comunicar ao Núcleo de Monitoramento Ambiental, aos guias de turismo e às agências de turismo. Além disso, poder-se-ia instruir os monitores no sentido de poderem vir sempre oferecer os seus serviços às agências.

Além disso, sugere-se uma reunião entre o poder público e os guias de turismo com o propósito de solicitar a estes guias que incentivem as agências de turismo a contratá-los juntamente com os monitores locais. De acordo com a declaração do representante da AGTUR, parte-se do pressuposto de que os guias percebem qual a possível contribuição dos monitores para os passeios, podendo assim auxiliar na conscientização das agências de turismo.

Outra ação que se sugere, a fim de solucionar a limitada disponibilidade dos monitores locais em atuar, seria a elaboração de projetos que visassem a conciliação entre o turismo e outras atividades econômicas já desempenhadas por esses condutores.

Em relação à dificuldade dos monitores que moram noutras partes da Ilha dos Marinheiros em conduzir grupos no Porto Rey, poder-se-ia realizar um novo levantamento dos atrativos turísticos da Ilha de forma a verificar qual a potencialidade de outras áreas, permitindo, desse modo, descentralizar geograficamente a prática da atividade turística.

Por fim, conclui-se que através de um planejamento turístico eficaz poderá ser possível a promoção de um turismo sustentável na Ilha dos Marinheiros, de forma que todos possam colher os benefícios adquiridos com a atividade turística, e minimizando-se os aspetos negativos decorrentes da mesma.

Referências bibliográficas

- Azevedo, A., 2003, *A Ilha dos Três Antônios*, Artipol, Águeda.
- Barretto, M., 2002, *Planejamento e organização em turismo*, Papirus, Campinas.
- Dalchiavon, L., Oliveira, J., Pereira, F., 2005, Jurupiga da Ilha dos Marinheiros: um saber familiar, *Anais Eletrônicos do Congresso de Iniciação Científica*, 18-20 abril, Pelotas (Brasil), [http://www.ufpel.edu.br/cic/2005/arquivos/SA_00377.rtf], (Site acessado em 20 junho 2009).
- Dias, R., 2003, *Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil*, Atlas, São Paulo.
- Dias, R., 2008, *Turismo sustentável e meio ambiente*, Atlas, São Paulo.
- Gastal, S., Moesch, M., 2007, *Turismo, políticas públicas e cidadania*, Coleção ABC do Turismo, Aleph, São Paulo.
- Grupo de Trabalho Interministerial, 1994, *Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo*, Embratur/Ibama, Brasília.
- Ilha dos Marinheiros, 2009, *Curiosidades*, [http://riograndevirtual.com.br/ilhadosturistas/curiosidades.htm], (Site acessado em 13 maio 2009).
- LabGerco [Laboratório de Gerenciamento Costeiro], 2006, *Proposta de plano de manejo ambiental da Ilha dos Marinheiros Rio Grande – RS*, LabGerco, Rio Grande.
- Lage, B., Milone, P. (orgs.), 2000, *Turismo: teoria e prática*, Atlas, São Paulo.
- Lei n.º 8.623/93, de 28 de janeiro, *Diário Oficial da União de 29 de janeiro de 1993 – Seção 1*, p. 1229, Ministério do Turismo, Brasília.
- Lopes, C., 2009, *Análise dos modelos de planejamento e desenvolvimento turístico propostos pela gestão pública no Brasil*, [http://www3.mg.senac.br/NR/rdonlyres/egb3ffj5v5x-vnjelfrwwaaecsjtv6e6nztba42yjrm3yt4kd456opwmiyvtgillskyev7lq6emfl/cristiano.PDF], (Site acessado em 21 junho 2009).
- Medonça, R., 2001, Turismo ou meio ambiente: uma falsa oposição?, in Lemos, A. (org.), *Turismo: impactos socioambientais*, Hucitec, São Paulo, pp.19-25.
- Nechar, M., 2006, Orientaciones en la construcción del conocimiento turístico: acerca de su epistemología, *Anais Eletrônicos do IV Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul da UCS*, 7-8 julho, Caxias do Sul (Brasil), [http://www.ucs.br/ucs/tplSemMenu/posgraduacao/strictosensu/turismo/seminarios/seminario_4/gt14], (Site acessado em 23 junho 2009).
- NEMA - Núcleo de Educação e de Monitoramento Ambiental, 2009, *Projeto trilhas interpretativas*, [http://www.nemas.org.br/pags/pop_trilhas.html], (Site acessado em 24 abril 2009).
- Núcleo de Educação e de Monitoramento Ambiental, 2007, *Relatório do Projeto de melhoramento turístico da Ilha dos Marinheiros: descubra a Ilha dos Marinheiros*, NEMA, Rio Grande.
- Oliveira, A., 1998, *Turismo e desenvolvimento: planejamento e organização*, Terceiro Milênio, Ilha de Santa Catarina.
- Petrocchi, M., 2000, *Turismo: planejamento e gestão*, Futura, São Paulo.
- Silveira, M., 2005, *O consumo da diferença pelo turismo*, Monografia, UFPEL, Pelotas.
- Swarbrooke, J., 2000, *Turismo sustentável*, Vol. 1, Aleph, São Paulo.
- Turismo na Costa Doce, 2009, *Turismo Rural: Ilha dos Marinheiros*, [http://www.costadoce.com.br/site/ilhaMarinheirosRural.asp], (Site acessado em 14 maio 2009).
- Valente, A., 2006, *Plano turístico: Rio Grande, cidade histórica, cidade do mar*, FURG, Rio Grande.
- Viação Noiva do Mar, 2009, *Linhas e Horários Distritais: Linha Leonídio e Ilha dos Marinheiros*, [http://www.noivadomar.com.br/horarios/distritais.html], (Site acessado em 14 maio 2009).
- WCED - World Commission on Environment and Development, 1987, *Our Common Future, Chapter 2: Towards Sustainable Development*, [http://www.un-documents.net/ocf-02.htm], (Site acessado em 21 setembro 2008).